

CHAMAMENTO PÚBLICO N. 005/2023

EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA

ANEXO VII – PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. DA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 1.1. O Agente Cultural beneficiário de recursos públicos oriundos da Lei Complementar n. 195/2022 poderá prestar contas  Administração Pública por meio das seguintes categorias:
 - a) prestação de informaoes *in loco*;
 - b) prestação de informaoes em relatório de execução do objeto;
 - c) prestação de informaoes em relatório de execução financeira.
- 1.2. Serão observadas as condioes objetivas para a aplicação de cada categoria ao caso concreto mediante a leitura atenta do previsto nos Art. 24 e 25 da Lei Complementar n.é 195/2022, bem como Art. 29 a 34 do Decreto Federal n.é 11.453/2023.
- 1.3. A documentação relativa  execução do objeto e da parte financeira deve ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.

2. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

- 2.1. A SEEC, enquanto responsável pelo acompanhamento da prestação de contas dos beneficiários, poderá:
 - 2.1.1. Solicitar a prestação de informaoes *in loco*, prevista no Art. 23, *caput*, inciso I, da Lei Complementar n.é 195/2022, nos casos em que o apoio recebido pelo projeto for inferior a R\$

- 200.000,00 (duzentos mil reais) e a visita de verifica o for suficiente para aferir se houve o cumprimento integral do objeto;
- 2.1.2. Solicitar a apresenta o de relatório de execu o do objeto para os demais projetos contemplados pelo Edital;
- 2.1.2.1. Caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto nos projetos que realizaram presta o de informa o *in loco*, a Secretaria de Estado da Cultura – SEEC poderá solicitar a apresenta o de relatório de execu o do objeto;
- 2.1.3. Decidir pela aprova o e arquivamento da presta o de contas, nos casos em que verificar que houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial justificado, em caso de justificativa aceita pela SEEC por meio de diligência;
- 2.1.4. Solicitar a apresenta o pelo Agente Cultural de relatório de execu o financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execu o do objeto ou que foram insuficientes as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial;
- 2.1.5. Decidir pela rejei o total da presta o de contas, nos casos em que verificar que não houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial justificado ou quando identificar irregularidades no relatório de execu o financeira;
- 2.1.6. Aplicar san oes nos casos em que verificar que não houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial justificado ou quando identificar irregularidades no relatório de execu o financeira.
- 2.2. Após a análise da presta o de contas, por meio de Relatório de Execu o Financeira, eventuais recursos não utilizados, glosados, ou utilizados em desacordo com o objeto do projeto contemplado,

deverão ser devolvidos, por meio de depósito identificado ou PIX,   Conta Corrente n.  14227-1, agência 3793-1, Banco do Brasil, CNPJ 15.481.746/0001-31, em até 10 (dez) dias a contar do encerramento do prazo para a execu o do objeto, ou da análise final da presta o de contas, ou da notifica o.

- 2.3. Os saldos financeiros e os rendimentos de aplica es financeiras não utilizados no objeto deverão ser devolvidos   SEEC após a análise do Relatório de Execu o Financeira pela SEEC.
- 2.4. Em caso de reprova o, parcial ou total, do Relatório de Execu o Financeira, o Agente Cultural poderá apresentar recurso   autoridade máxima da SEEC, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.
- 2.5. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execu o do instrumento afasta a reprova o da presta o de informa es, desde que devidamente comprovada.

3. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZA O

- 3.1. O responsável pelo aferimento da presta o de informa es *in loco* deve elaborar relatório de visita e encaminhá-lo   SEEC.
- 3.2. A presta o de contas em relatório de execu o do objeto deve comprovar que foram alcançados os resultados da a o cultural por meio de fotos, vídeos e relatório escrito contendo informa es das etapas de produ o realizadas no projeto.
 - 3.2.1. Caso haja necessidade de apresenta o de relatório de execu o do objeto ou relatório de execu o financeira, tais documentos deverão ser encaminhados pelo Agente Cultural responsável via sistema SIC.Cultura.
- 3.3. A fim de garantir maior segurança e transparência,   recomendado que o Agente Cultural responsável pela execu o do projeto faça o *upload* de todas as notas fiscais e demais documenta es

relacionadas à prestação de contas no sistema SIC.Cultura, independente da modalidade de prestação de contas utilizada.

- 3.4. Toda a prestação de contas deverá ser apresentada de forma digitalizada.
- 3.5. Não serão aceitos documentos que apresentem emendas ou rasuras que prejudiquem a clareza de seu conteúdo.
 - 3.5.1. Os comprovantes de despesa que se apresentem em condições de difícil leitura, deverão ser acompanhados de justificativa.

4. DAS SANÇÕES

- 4.1. Na hipótese de determinação, pela SEEC, da devolução de recursos, o Agente Cultural será notificado para que exerça, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a opção por:
 - I – devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
 - II – apresentação de plano de ações compensatórias; ou
 - III – devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
 - 4.1.1. O plano de ações compensatórias deverá ser apresentado no prazo previsto no item 4.1.
- 4.2. O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do Termo de Execução Cultural.
- 4.3. A SEEC deliberará a respeito do plano de ações compensatórias, observará a adequação do plano em vista ao valor devido e poderá solicitar eventuais ajustes.
- 4.4. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do Agente Cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

4.5. Nos casos em que houver exigência de devolu o de recursos ao erário, o Agente Cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, em até 10 (dez) parcelas mensais iguais.

4.5.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias do pagamento de qualquer parcela ensejará o vencimento antecipado da d vida, inscri o no Cadastro Informativo Estadual e encaminhamento   d vida ativa do Estado do Paraná.

5. DISPOSI OES FINAIS

1.1. A SEEC se reserva o direito de exigir documentos adicionais que não se fizerem listados no presente Anexo, bem como poderá diligenciar a apresenta o de novas informaçoes, relatórios e justificativas, tanto quanto for necessário para o correto encerramento das presta oes de contas.